

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE  
POLO UAB ARAÇUAÍ – MG.  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM  
FOCO EM GÊNERO E RAÇA/ETNIA

**OLHANDO O PASSADO E CONSTRUINDO O BEM  
VIVER NA ALDEIA CINTA VERMELHA JUNDIBA**

Araçuaí – MG  
2012

# **OLHANDO O PASSADO E CONSTRUINDO O BEM VIVER NA ALDEIA CINTA VERMELHA JUNDIBA**

GERALDA CHAVES SOARES

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Diversidade da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas (Área de Concentração: Gênero, Raça e Etnia) e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

**Prof. Ms. Adriano Toledo Paiva**  
Orientador

**Prof. Ms. Diego Omar da Silveira**  
Avaliador

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Marileide Lázara Cassoli**  
Avaliador

Ouro Preto, Minas Gerais  
Agosto de 2012

GERALDA CHAVES SOARES

**OLHANDO O PASSADO E CONSTRUINDO O BEM  
VIVER NA ALDEIA CINTA VERMELHA JUNDIBA**

Monografia de conclusão de curso apresentada por Geralda Chaves Soares para obtenção do título de especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero, Raça e Etnia, pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**Orientador:** Prof. Ms. Adriano Toledo Paiva.

Araçuaí – MG  
2012

Dedico este trabalho ao  
Senhor Eugênio Pankararu,  
pela sua sabedoria e  
fidelidade aos Encantados.

## **AGRADECIMENTOS**

De modo especial à Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, por termos partilhado os momentos de alegrias e tristezas deste período.

A Adriano Toledo Paiva, por sua dedicação e atenção constante nos momentos de elaboração deste TCC, por sua sensibilidade e compromisso com a Causa Indígena.

A Maria Márcia de Mello, com quem partilhei os momentos de construção deste TCC e cuja amizade enriquece a Aldeia CVJ.

Ao Pierry Augusto Gusmão Menezes, por seu interesse e apoio solidário para que as imagens do que foi descrito trouxessem vida às palavras.

A todas/os colegas, pela amizade, convivência e aprendizado durante o Curso.

A UFOP e a toda a equipe que nos acompanhou neste percurso, por nos ter aberto tantos caminhos para compreensão e para uma prática com maior qualificação.

Ao Frei Xico e Lira, mestres, desafiadores sempre, que realizaram no Vale o que era tido como impossível!

A minha família, parte importante desta História e que a enriquece cada dia com novas lembranças!

## **Resumo**

SOARES, Geralda Chaves. Olhando o Passado e Construindo o Bem Viver na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba. UFOP, 2012.

### **RESUMO**

Esta monografia procura dar visibilidade ao Projeto de Vida da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, localizada no Médio Jequitinhonha, Município de Araçuaí, região de clima semiárido em Minas Gerais. Relata o contexto sócio-cultural e político em que se estruturou o Movimento Cultural no município de Araçuaí e na região na década de 70, culminando com o florescimento de grande variedade de grupos, associações e movimentos sociais. Retrato parcial desta realidade, a história da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba é um processo em construção que a cada dia surpreende pela capacidade de vencer desafios, pela objetividade e pela busca de consensos na solução dos problemas que invariavelmente enfrenta. A visão crítica do momento em que vivemos em nível de planeta, a busca constante para estabelecer relações de harmonia com a natureza, leva a questionar noções estabelecidas, como desenvolvimento, sustentabilidade, progresso, felicidade, Educação, Saúde, Cultura, Futuro, Ética, Sustentabilidade, Complementariedade, Coletividade, Diversidade. Essas são as bases em torno das quais gira a construção da Aldeia e das pessoas, portanto, destacamos sua importância na viabilização de Políticas Públicas que invistam neste processo ímpar de busca de autonomia.

**Palavras-chave:** Indígenas; Pataxó; Pankararu; Vale do Jequitinhonha;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 – Figura 01 - Mapa do Território da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba.....	16
2 - Figura 02 - Preparação de Ritual no Terreiro do Sol na Aldeia CVJ.....	33
3 - Figura 03 - Cabanas do Ritual de Casamento Onde a Noiva fica Reclusa.....	33
4 - Figura 04 - Escola Indígena Cinta Vermelha Jundiba.....	36
5 - Figura 05 - Saúde Cura e Harmonia.....	39
6 - Figura 06 - Símbolo da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba.....	42
7 - Figura 07 - Escola CVJ Cuidando da Mãe Natureza.....	47

## SUMÁRIO

Introdução .....	01
<b>Capítulo I. O Germinal</b> .....	04
<b>Capítulo II. Novos atores indígenas: Pankararú e Pataxó no cenário de “pós-guerra de 1808.”</b> .....	09
<b>Capítulo III. Clareando caminhos: do local ao “planetário”!</b> .....	16
<b>Capítulo IV. Construindo um projeto político pedagógico para a Escola Indígena Cinta Vermelha Jundiba</b> .....	22
4.1 Alguns planos para a escola.....	23
4.1.1 – Conquistados.....	23
4.1.2 - Não conquistados.....	23
4.2 Projeto para o ano de 2012.....	24
4.3 Algumas necessidades da aldeia já realizadas.....	25
4.4 Caracterização da Escola Estadual Indígena CVJ.....	25
4.4.1- O que se propõe para a escola na CVJ.....	25
4.5 Algumas reflexões sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba (CVJ).....	26

<b>Capítulo V. Os vários passos em direção à construção do Bem Viver.....</b>	<b>32</b>
5.1 – Escritos no “Coração”.....	32
5.2 - Momentos marcantes.....	33
5.2.1 - O Terreiro do Sol.....	33
5.2.2 - Escrito no coração.....	35
5.2.3 - Faltam crianças na escola.....	36
5.2.4 - Okhá Kahab – Saúde Cura e harmonia!.....	38
5.2.5 - O Símbolo da aldeia CVJ e seu significado.....	42
5.2.6 - Item do Regimento Interno: Viagens.....	44
5.2.7 - Ritual da Partilha.....	45
 Conclusão .....	 47
Referências Bibliográficas .....	48



## INTRODUÇÃO:

*“Alguma coisa aconteceu então no seu íntimo; alguma coisa misteriosa que o desprende do tempo atual e o levou à deriva por uma inexplorada região de lembranças”.*<sup>1</sup>

O presente trabalho busca trazer à reflexão o embate das populações tradicionais diante da modernidade, que lhes impõe projetos que norteiam suas existências rumo a uma possível integração ao Estado Nacional e a uma reconfiguração de suas identidades. Da resistência ocorrida nos séculos passados, tendo como referência a colonização dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, São Mateus, atingindo o sul da Bahia e o Espírito Santo, principais alvos da Guerra Justa aos Botocudos (13 de Maio de 1808)<sup>2</sup>, até o presente, identificamos nestas populações, sejam elas indígenas ou quilombolas, a permanência de “alguma coisa” que no íntimo das pessoas e comunidades aflora constantemente em seus projetos de vida, desafiadores para o Estado, como brilhantemente expressou Gabriel Garcia Marques.

Esta “alguma coisa” se articula com conhecimentos e vivências ancestrais que retornam e renascem numa nova realidade dos povos e comunidades tradicionais, diante dos desafios que são postos na construção da Cidadania, numa reinterpretação dos acontecimentos e numa nova postura, agregando o passado ao presente e apontando para o futuro.

Desta forma, estas iniciativas locais, não acontecem isoladamente, assim como não isolamos os processos de resistência destes povos travados com o “homem branco” ao longo dos séculos. Como em uma enorme floresta biodiversa, ali germinam flores, que a seu tempo, produzem frutos para a continuidade de perspectivas de futuro às gerações. Neste processo, indígenas e quilombolas

---

<sup>1</sup>MÁRQUES, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. São Paulo: Editora Record, 48ª Ed., 2011.

<sup>2</sup> Sobre o conceito de guerra justa e a política indigenista inaugurada em 1808, conferir: PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90. Ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.133-154.

absorveram conhecimentos dos movimentos sociais, da própria ciência, das escolas e os transportaram de forma criativa para seu *habitat*. Numa engenhosa disciplina transformaram este aprendizado em projetos, que na maioria das vezes, os confrontam com a noção de desenvolvimento, ou de progresso imposta pelos Estados Nacionais.<sup>3</sup> Neste trabalho de conclusão de curso temos como principais objetivos:

- Identificar quem são estes novos atores, Indígenas Pankararú e Pataxó da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, e seu projeto político-cultural de convivência em uma região num Vale de clima semiárido.
- Aprofundar a abordagem teórica do “Projeto de Bem Viver” e aplicar na comunidade.
- Proporcionar maior visibilidade do alcance do projeto na aldeia e em seu exterior.

Na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba (doravante CVJ) e no Quilombo Baú, ambos no Município de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, de forma mais ou menos intensa, pode-se observar a emergência de uma nova consciência de Cidadania e de Participação Social em busca de Direitos e Autonomia, preconizados na Constituição Brasileira de 1988 e na Convenção 169 da OIT.<sup>4</sup> Nesta aldeia, homens, mulheres, crianças, jovens e adultos se juntam na busca de suas raízes e no seu plantio nesta realidade na qual estão inseridos. O nosso TCC enfocará esse processo de gestão comunitária na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba desde sua

---

<sup>3</sup>A noção de progresso que nasce com a burguesia nos seus primórdios tem levado os vários Estados a uma atuação baseada na utilização dos recursos naturais. Essa visão linear desvinculada do futuro e que tem o homem como centro e a perspectiva do mercado, do lucro e do consumo no horizonte, sem levar em conta que os recursos naturais não são ilimitados. Que a terra\planeta é um organismo vivo que tem suas próprias leis. Em contraposição a esta visão e prática os Povos Indígenas tem colocado a necessidade de se criar novos paradigmas tais como a descolonização das mentes e dos estados, e colocando a VIDA, o BEM VIVER, e não o homem ou o mercado, como centro. Disponível em: <http://justiciaypazcolombia.com/El-concepto-de-Sumak-Kawsay-buen-vivir>. Acessado em: 27/06/2012, às 09:59h.

<sup>4</sup> A Convenção de número 169 da Organização Internacional do Trabalho, assinada pelo Governo Brasileiro em 2004, estabelece uma legislação internacional sobre a relação entre os Estados e os Povos indígenas como, por exemplo, a autoidentificação, a consulta prévia aos povos quando se trata de execução de projeto governamentais que incidem sobre seus territórios: oleodutos, hidrelétrica, mineração etc. Consulte-se, disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international\\_labour\\_standards/pub/convencao%20169\\_2011\\_292.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf), Acessado em: 27/06/2012, às 09:00h.

fundação em 2005 até o ano de 2011. A metodologia empregada terá como base as **ações participativas** da Aldeia para fortalecer o processo em curso desde 2005. Algumas ações propostas e tangenciadas pela presente monografia:

1. Organização da documentação existente sobre a aldeia (fotos, filmagem, documentação);

2. Organização da linha de tempo da vida da aldeia que inclua suas principais conquistas e desafios:

- Educação: A Escola na Aldeia (Secretaria de Educação, UFMG, UFVJM, IFET, outras parcerias e apoios);
- A Aldeia na escola (desde a sua fundação ao presente momento);
- Saúde: Relação com SESAI, DSEI, PSI e Secretaria de Saúde do Estado e do Município, CISMEJE etc;
- Programas do Governo - Bolsa Família;
- Iniciativas da Aldeia - projetos próprios tendo em vista a sua autonomia e sustentabilidade;
- Adoção do projeto de PERMACULTURA - (PROJETO DO BEM VIVER);

3. Organização interna – Fundação da AIPPA (Associação Indígena Pankararú-Pataxó) e o regimento interno (contexto do surgimento e perspectivas – o que foi realizado e o que é necessário consolidar);

Descrevendo estes processos, buscamos conceder visibilidade aos indígenas da aldeia CVJ, enfocando as suas conquistas e desafios, de forma que se tornando conhecidos pelo Poder Público e da Sociedade, possamos construir Políticas Públicas que os incluam. Inclusão esta que não mais ocorrerá como uma benesse do Estado, mas a partir de uma contribuição efetiva e incisiva, que perpassa uma relação harmoniosa entre humanos e natureza.

## CAPÍTULO I

### O Germinal

Há aproximadamente 30 anos, o Vale do Jequitinhonha era tradicionalmente conhecido como “Bolsão de Pobreza”, “Vale da Miséria”, “região mais pobre do Brasil”, “local de doenças e fome”. Os políticos de todos os matizes utilizavam estes jargões para adquirir verbas e implantar projetos, que nunca modificavam a realidade vivida pela população. Neste contexto, as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela emergência de situações inusitadas.

Um frade franciscano holandês – Frei Francisco Van der Poel -e uma jovem negra – Maria Lira Marques-, iniciaram o difícil trabalho de dar voz aos que até então estavam calados. Frei Xico chegou ao Brasil em 1967, influenciado pela corrente da Teologia da Libertação, que neste momento determinava grandes mudanças de postura da Igreja Católica na América Latina e pela pedagogia de Paulo Freire. Um dos aspectos, porém que mais contribuiu para sua inserção na região, não foi apenas a sua opção religiosa, mas o fato de ser de nacionalidade holandesa, de cultura diferente, o que lhe permitiu olhar a realidade com o olhar de quem não era do lugar, empreendendo um verdadeiro exercício da alteridade. Não ter nascido no Vale do Jequitinhonha permitia ao religioso estar atento aos detalhes, buscar significados, a se perguntar sobre o que via e sentia a própria população, que imersa em sua realidade, não podia se interpretar com acuidade. Araçuaí vivia ainda sob o domínio das famílias tradicionais e a maioria do povo, dividia seus votos entre uma família e outra durante as eleições. Maria Lira era uma jovem negra, filha da artesã Odília, de avó indígena e pai negro. A família enfrentava uma vida difícil como a maioria das pessoas pobres da região. Com sua mãe, Lira aprendera as primeiras músicas tradicionais, as cantigas de ninar, os batuques e os inúmeros truques que ela ensinava para “esquecer a fome”:

*“- Canta minha filha, que assim você esquece!”.*

Lira foi a tradutora desta realidade para Frei Xico. Era ela quem interpretava os fatos, decifrava a realidade, diante do já não tão holandês, que ficava sempre perplexo. Lira era uma intermediária cultural, por manipular os

signos e linguagem local comunicava-se com o povo, entendia e facilitava a superação da timidez, rompendo com o domínio do medo. Era um aprendizado de mão dupla, pois para ela também não era fácil vencer a exclusão em que todos viviam. Com Frei Xico, Lira aprende a usar o gravador, vai pelas roças á cavalo, animando um e outro a cantar, a contar histórias e a relembrar o passado, em um presente ainda tão sem janelas! A grande dificuldade enfrentada por ambos era o confronto com os donos do poder e com a cultura dominante. Mas, começaram a incentivar as pessoas a falar de sua própria sabedoria, de seus gostos, conhecimentos, de sua experiência de vida, enfim, de sua cosmovisão: “-*Vamos cantar, dançar, isto é bonito, nós gostamos e o Padre gosta também!*” (E como era importante saber que um Padre gostava dos cantos e danças até então discriminados, os quais, o povo cantava e sabia tão bem!). E mais que gostar, Frei Xico tocava violão, aprendia também cantar e dançar. Algo inimaginável para a época e que lhe rendeu o apelido de “Xico Doido”.

Na verdade, ele era uma autoridade religiosa com quem o povo se relacionava e que se tornava próximo, acolhendo e animando as pessoas, independente de seu status de religioso. E não sabendo que neste período, isto era quase impossível... Foram adiante e fizeram história... Em uma região na qual o cristianismo popular se impôs de forma maciça com a guerra, uma nova característica era apontada pela Igreja. A festa de Nossa Senhora do Rosário, marco de resistência dos afrodescendentes, ganhou força. Os “tamborzeiros” nas celebrações realizadas por Frei Xico passaram a entrar com seus tambores, suas músicas e danças na Igreja, fator até então interdito. Para o povo, as reuniões de toques de tambores e os seus cantos tradicionais da festa, representavam um importante momento de sociabilidade mesmo durante as grandes secas, que os obrigavam a interromper seus rituais para cuidar sobrevivência física. Retomadas as festas, acompanhavam o cortejo do Rei e da Rainha até a porta da Igreja e ali esperavam o fim da celebração. Com Frei Xico, cantos religiosos populares passaram a fazer parte das missas e com intensa participação da população que demonstrava que os sabiam de cor e os mantinham vivos. Um dos episódios mais marcantes deste processo ocorreu na missa comemorativa dos 100 anos da

Abolição da escravidão. Frei Xico cantou vários pontos de Umbanda em momentos da missa. A Igreja do Rosário retumbava com o povo cantando.

Neste despertar, a população começou a valorizar e aprender a ter orgulho de sua cultura. As pessoas aprendiam a falar de si, contar suas vivências, muitas vezes em voz baixa, de forma a não serem ouvidos pelos que ainda representavam o poderio. A cada nova visita do sacerdote surgiam novas perguntas e novas respostas... Um processo cultural que nunca terminava. O povo se sentia mestre ensinando o que sabia, contando suas histórias, mostrando sua arte. Assim germinaram as primeiras sementes das quais brotaram o Movimento Cultural, até então restrito aos cantos das ruas, às comunidades rurais, aos quilombos e á festa de Nossa Senhora do Rosário.

Na década de 1970, jovens e professores participavam do Campus Avançado do Jequitinhonha do Projeto Rondon, provenientes da PUC, (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) da ESAL (Escola Superior de Agricultura de Lavras) e das faculdades isoladas do ABC Paulista (Serviço Social, Medicina, Engenharia, Educação) e foram também contemporâneos da atuação de Frei Xico.<sup>5</sup> Provenientes de uma cultura urbano-industrial e acadêmica chegavam ao Vale repletos de sonhos e com projetos a implantar. Neste momento, os estudantes deparavam-se com uma população rural vivendo em situações de abandono, num isolamento quase total e ausência de quaisquer políticas públicas. Ao mesmo tempo, como “pessoas não-originárias da região”, se encantavam com a diversidade da cultura local. Com o tempo, numa temperatura de 40°C os universitários abandonavam os tênis, os bonés, as bolsas, substituindo-os por chapéus, sandálias de couro e bolsas confeccionados pelos artesãos locais. Durante o período noturno, os universitários frequentavam as rodas de batuque, comandadas pelo som dos tambores. O interesse destes jovens pela cultura local, bem como sua valorização, disseminou a prática entre os jovens e as famílias mais tradicionais da cidade, nas festas realizadas no Clube mais tradicional da cidade.

---

<sup>5</sup> Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha – CAVJ -Instituição educacional do Projeto Rondon que funcionou durante o período da ditadura Militar, em Araçuaí através de convênio com a Diocese de Araçuaí e Prefeitura local. Servia como área de estagio e implantação de projetos planejados pelas instituições de ensino superior envolvidas.

Na verdade, esta cultura nunca lhes fora alheia, pois todas estas famílias tiveram suas origens nas fazendas, nas quais a mão de obra escrava, ou ainda, uma mulher negra sempre estava presente nos afazeres domésticos e dando de mamar, como ama de leite. O fato destes jovens se interessarem por aprender o batuque, despertou na juventude da cidade o interesse de demonstrarem que eles também sabiam aquelas danças e cantos. Esta convivência foi marcante para ambos os lados e representava para a população, uma valorização da cidade.

Também neste período, alguns jovens do Vale, se aventuravam a sair para estudar em Belo Horizonte, portanto, vivenciaram a saudade de sua cultura, de sua gente, de seus costumes e linguagens. Alguns pejorativamente eram discriminados pelo nome de “arassuinos”. No bojo desta experiência de exclusão e discriminação, nasceu a ideia de mostrar a beleza do Vale. Nesta articulação emergiu o FESTIVALE e o jornal *Geraes* como manifestações culturais e políticas em plena ditadura militar.<sup>6</sup>

Trinta anos depois deste movimento cultural, podemos concluir que só uma região com um processo de formação identitário tão forte como a do Vale do Jequitinhonha poderia ter conseguido mudar em tão pouco tempo o termo discriminador de “Vale da Miséria” para “Vale da Cultura”. Um grande mutirão de esforços, nem sempre, articulados, contribuiu para esta mudança. Hoje quando se fala “eu sou do Vale”, e se fala com orgulho, presume-se logo: “do Vale do Jequitinhonha!”.

Este movimento se ampliou, e sendo extremamente politizado, desencadeou discussões e ações em favor dos problemas regionais, como o “S.O.S Jequitinhonha”, assim como a partir dele, cantores, artistas, músicos, escritores, artesãos se tornaram expoentes da cultura do Vale a nível nacional e internacional.

Nesta dinâmica, surgiram novos atores e atrizes ainda não incluídos como parte importante deste tecido da História e que precisam ser contemplados neste

---

<sup>6</sup> FESTIVALE - um dos eventos culturais mais importantes do Vale do Jequitinhonha, iniciado em 1980 por um grupo de jovens Fundadores do Movimento Cultural do Vale do Jequitinhonha. Encontrando-se já na sua 40ª edição o Jornal GERAES – Surge na mesma época do Festivale por iniciativa do mesmo grupo de jovens. Retratava a situação do povo do Vale e suas manifestações culturais. Teve enorme repercussão na região, colaborando no fortalecimento do movimento cultural e político.

caudal não somente como figurantes, mas como sujeitos ativos, que têm uma história, papel e propostas de aprofundamento e continuidade de um Projeto de Vida. Os indígenas da aldeia CVJ, empreendem um projeto de gestão, apartado das noções de desenvolvimento e progresso em curso nos Estados Nacionais. De modo especial, a Aldeia CVJ ao construir uma proposta de “Viver Bem”<sup>7</sup>, ou Sumak Kawsay- numa região marcada por condições climáticas adversas, pela migração, pela implantação da monocultura de eucalipto, destruição da biodiversidade, aponta caminhos de futuro, projetando uma dimensão política e crítica para sua gerência e gestão, que consolidará novos espaços de discussão e criatividade, promovendo uma maior participação dos movimentos sociais e culturais da região.

---

<sup>7</sup>Sumak Kawsay – termo proveniente da cultura aymara (Bolívia), e que significa BEM VIVER. Seus fundamentos estão referendados pela atual Constituição da Bolívia. É a proposta indígena para a construção de um mundo solidário com novos paradigmas, baseados em novas relações de respeito com a Natureza, entre os seres humanos e tudo que existe. Complementariedade, respeito, interconexão, solidariedade, são elementos fundamentais do Sumak Kawsay. Representa este movimento de volta as raízes pelos indígenas, em busca de caminhos e orientação que assegurem a vida futura dos povos. . Disponível em: <http://justiciapazcolombia.com/El-concepto-de-Sumak-Kawsay-buen>. Acessado em: 27/06/2012, às 09:59h.



## CAPITULO II

### **Novos atores indígenas: Pankararú e Pataxó no cenário de “pós-guerra de 1808”.**

Em 1994, completavam-se exatamente 186 anos de “Declaração Guerra Justa”, deflagrada pela Carta Régia de 1808, por D. João VI. A 12 de junho de 1984, cinco famílias Pankararú e Pataxó depois de longa trajetória de migração de Pernambuco e Bahia para Minas Gerais, decidiram iniciar o projeto de instalação de uma Aldeia no Vale do Jequitinhonha. Cantos, danças, pinturas tradicionais e história de resistência Pankararú e Pataxó se entrecruzam com a história indígena da região do Vale do Jequitinhonha, por muito tempo relegada ao esquecimento.

O Povo Pataxó pertence ao tronco linguístico e Cultural Macro-gê, da família Maxakali, falantes da língua Patxohã, que está em processo de recuperação. A maior concentração de suas aldeias está no extremo sul da Bahia e sua maior referência é a aldeia mãe de Barra Velha. Em seus relatos orais, os indígenas Pataxó fazem constantes menções à memória dos acontecimentos que provocaram a dispersão das famílias na década de 1950, referindo-se ao: “Massacre de 51”; “Fogo de 51”; “Guerra de 51”. Num enorme conflito causado por questões territoriais com policiais da região, muitas aldeias se desagregaram e as famílias se dispersaram fugindo da perseguição desencadeada na localidade. Posteriormente, o território do Monte Pascoal passou a ser administrado pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas), portanto, os indígenas perderam sua autonomia na gestão do território ancestral, iniciando uma luta ainda não finalizada pela retomada do seu espaço original. Criou-se a área do Parque do Desenvolvimento e acentuou-se a implantação da monocultura de eucaliptos no sul da Bahia, cujas consequências também recaem, ainda hoje, sobre a população indígena. Todos estes fatores desencadearam enorme luta pelo território que se prolonga até os dias atuais. Inúmeras famílias do grupo familiar dos Braz da Conceição migraram para

Minas Gerais e se instalaram, através de articulação com a FUNAI, na fazenda Guarani, localizada na área rural do município de Carmésia.<sup>8</sup>

Destarte, os indígenas iniciaram a luta pela regularização deste novo território, com o objetivo de transformá-lo em um território Pataxó. Com esta conquista, a população na região aumentou, pois mais famílias migraram da Bahia. Outrossim, surgiram inúmeras dificuldades na convivência, concepção territorial e opções religiosas, em virtude da influência dos não-índios agregados por casamento às famílias migrantes. Recentemente, um incêndio se alastrou em uma fazenda vizinha ao território indígena destruindo parte da área de florestas, fragilizando as nascentes. Todos estes fatores somados a superpopulação e a interferência externa desencadearam um movimento de busca de novos territórios, inicialmente projetado pelo clã dos Braz. Destes movimentos migratórios surgiram: um território em Itapecerica, sul de Minas, e um em Açucena, Vale do Rio Doce; assim como uma aldeia situada em Guanhães, que não pertencia a linhagem dos Braz, mas dos Ferreira.

O Povo Pankararú é originário de Pernambuco e sua referência maior é a Aldeia Mãe de Brejo dos Padres. Assim como os Pataxó, pertenciam também ao tronco linguístico e cultural Macro-gê e mantiveram uma cultura forte com cantos, danças, vestimentas, artesanato, pinturas corporais e religiosidade. A sua população perfazia a aproximadamente 7.000 pessoas nesta região. A seca, a inundação de suas terras pela construção de hidrelétricas e a diminuição das áreas de plantio, aliadas a busca de melhores condições de vida, levaram muitas famílias a migrar para São Paulo, onde se concentraram na favela “Real Parque”. Os problemas surgidos com a construção da hidrelétrica de Itaparica no rio São Francisco desencadearam um enorme conflito entre indígenas e posseiros, com duração de mais de 20 anos, acentuando a dispersão de muitas famílias em busca de melhores condições de vida.

Na migração iniciada por “São Eugênio Pankararú e de D. Benvina Pankararú”, o grupo familiar passa por várias aldeias convivendo com vários

---

<sup>8</sup> Município de Minas Gerais situado no Vale do Aço - Alto Rio Doce.

povos, tais como os Xerente, Krahô, Karajá, dentre outros. O percurso de migração da família durou aproximadamente 30 anos. Em Minas Gerais, os indígenas foram encaminhados pela FUNAI para a Fazenda Guarani onde foram acolhidos pelos Pataxó. Os jovens Pankararú se casaram com jovens Pataxó. Por volta do ano de 1992, essa comunidade já falava da necessidade de ter seu próprio território. Desta forma, através da Diocese de Araçuaí assinaram um comodato e receberam 60 hectares de terra no Município de Coronel Murta onde fundaram a Aldeia Apukaré. Neste intercurso, onze anos depois desta concessão diocesana, um novo grupo de famílias Pankararú casados no grupo familiar dos Braz, residentes na fazenda Guarani, fundaram a Aldeia CVJ no município de Araçuaí.<sup>9</sup>

A história indígena do Jequitinhonha, portanto, tem como marco divisório o antes e o depois da chegada dos Pankararú e Pataxó. Todavia, no Vale, persistiam apenas fragmentos da memória dos acontecimentos no imaginário das pessoas das áreas urbana e rural: “– *Minha avó foi pega no mato*”; “- *Minha avó foi laçada e amansada, pois era muito brava*”; “-*Acharam as crianças no mato sem os pais e pegaram para criar*”; -“*Meu avô não era índio, mas ele pegou uma índia que ficou para traz da manada de bugres, amansou ela, ensinou a comer sal, a vestir, e casou com ela, pois era muito bonita*”; “*Minha bisavó era índia, teve uma criança com o filho do fazendeiro. Era meu avô. Daí nasci eu. Mas eu não sou índio. Eles eram.*”. Esta memória fragmentada e trágica foi o que ficou com o silêncio imposto ao longo dos tempos, segundo o qual ser indígena era ser “traíçoeiro”, “vingativo”, “cachaceiro”, “gente perigosa”.

No período da guerra de 1808, chamada de Guerra dos Quartéis, o baixo Jequitinhonha e o Vale do Rio Doce foram então guarnecidos de quartéis militares cujo principal objetivo era o combate aos indígenas e a proteção dos colonos que ocupariam seus territórios e onde se instalariam os projetos governamentais. Este violento processo histórico, no qual se aliaram a catequese, a escravidão e a mestiçagem, não transcorreu de forma pacífica, pois os povos indígenas

---

<sup>9</sup> Município de Minas Gerais situado no médio Jequitinhonha

impuseram a sua a resistência.<sup>10</sup> Poucos povos nativos sobreviveram a esses sangrentos embates. O indígena passou por uma profunda transfiguração. De guerreiros altivos, donos de seus territórios, passaram a ser considerados inimigos do Estado e a serem combatidos com uma guerra aberta, que visava à exploração de sua mão de obra. Nas gerações posteriores, já mestiços, se tornaram a imensa massa de posseiros, agregados, pescadores, artesãos, moradores das periferias das nascentes povoações e arraiais formando a grande massa dos trabalhadores sem terra do país.

Na década de 1990 quando “chegaram os índios” no Vale do Jequitinhonha, para a população que não distinguia a variedade de povos indígenas que habita o nosso país, eles eram apenas “os índios!”, os mesmos e altivos e bravos guerreiros que povoaram a região nos tempos anteriores. Os Pankararu e Pataxó que chegavam dividiram a população. Um grande número de pessoas, quer por suas convicções religiosas, ou ainda, por identificação, por ser descendente e fazer parte desta população espoliada e atuante nos movimentos sociais, os reconhecia como portadores de direitos. Do outro lado permaneceram os habitantes que perpetuavam a discriminação. Permaneciam, porém, o espanto e a perplexidade com a proximidade das próprias raízes, a identificação com a cor, com o jeito de ser e o medo velado de se aproximar.

A presença dos indígenas tem atualmente uma marca positiva na região, embora ainda muitos ainda interpretem sua cultura como algo exótico, ou, como idealização do indígena na “figura mítica dos anos 1500”. Neste crescente processo de aproximação das duas realidades tem sido fundamental o papel dos intercâmbios com escolas, órgãos públicos, etnias diversas, assim como a participação dos indígenas em eventos dentro e fora do Vale do Jequitinhonha. Nos eventos os indígenas divulgam a sua cultura, o seu conhecimento de

---

<sup>10</sup> Para informação, verifique: MATTOS, Isabel Missagia de. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a catequese na Província de Minas Gerais*. Bauru: EDUSC-ANPOCS, 2003. SOARES, GERALDA –“Na trilha guerreira dos Borun”. Editora do Colégio Izabela Hendrix, 2010; PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. O tempo da dor e do trabalho. Tese de doutorado-USP, 1988. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos do ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1982.

artesanato, músicas, danças, culinária, roupas típicas, língua e bebidas, tal como o cauim (fermentado de milho ou mandioca).

A Aldeia Cinta Vermelha Jundiba vem se destacando por sua iniciativa em construir uma forma de “Viver Bem, de Bem Conviver” numa região na qual, segundo as previsões das pessoas e de órgãos públicos, não poderia se efetivar. De fato, a imagem que se tinha do Jequitinhonha, mencionada acima, o desconhecimento da luta indígena na região, fez com que outros indígenas repetissem os discursos discriminatórios oficiais. A FUNAI (Administração Regional de Governador Valadares) negou às famílias o direito de possuírem o seu próprio território e era visível o desconforto entre o órgão e os indígenas, porque, esta fora uma articulação autônoma deles com a Igreja (Diocese de Araçuaí) e depois entrando num programa governamental. Inicialmente renovaram-se as desconfianças e divergências seculares entre Igreja e Estado, que aos poucos, foram sendo vencidas pela persistência e busca de autonomia dos indígenas em relação a um e outro, na construção de seu caminho próprio.<sup>11</sup>

O indeferimento do órgão público em relação à questão territorial fortalece a proposta de autonomia encetada pela aldeia CVJ no ano de 1994. As famílias viajaram pelo Vale do Mucuri identificando áreas possíveis para um futuro território. O STR, ONGs, Pastorais, INCRA, CMDRS, ITER participaram desta mobilização para encontrar um local para a aldeia. Esta articulação proporcionou o conhecimento dos indígenas das possibilidades de adquirir terra para aldeia, com o programa do Governo Federal, designado por Crédito Fundiário. Os índios desejavam constituir um território por seu próprio esforço, mesmo infringindo em um ato inconstitucional, pois, este seria um direito originário assegurado na Constituição Brasileira, e, portanto, de responsabilidade exclusiva do órgão federal. Todavia, esses projetos representavam mais um passo em direção à sonhada autonomia. Cumpre ressaltar que não excluía a FUNAI como órgão

---

<sup>11</sup>Pela legislação vigente no Estado e pelo que está estabelecido na Constituição Federal de 1988, cabe a Funai a viabilização do processo de demarcação e identificação dos territórios indígenas. Neste caso, na ausência do órgão responsável, os próprios indígenas adquiriram a terra através da compra efetuada através do Programa Governamental do Crédito Fundiário e nela se fixaram. Este ato foi questionado por muitos, pois se afirmava que era inconstitucional, que enfraqueceria o movimento indígena e a luta pela terra no país.

governamental responsável pela implementação das Políticas do Governo em relação aos povos Indígenas, mas se projetou ações com os objetivos de definir seus próprios destinos, retomando tradições sem uma interferência externa. Com marcas de rebeldia e consciência, os indígenas constituíram a Associação Indígena Pankararú-Pataxó, promovendo o deslançar do processo de consolidação deste novo território Indígena no Vale do Jequitinhonha.

Finalizado o processo de aquisição da terra, através do Crédito Fundiário, várias iniciativas se sucederam sejam de forma independente ou em parcerias:

- Construção das casas provisórias;
- Atendimento da Funasa através do PSI - Polo de Saúde Indígena;
- Cuidar do saneamento na aldeia (fossas);
- Controle de epidemia de esquistossomose em função das atividades da hidrelétrica de Irapé;
- Abastecimento de água pelo caminhão pipa;
- Compra de motor para levar água do rio Jequitinhonha até as casas, conseguir material para fazer a rede até as casas;
- Luta por uma escola na aldeia (Neste quesito se inclui luta da comunidade pela aquisição do material e a construção de uma sala de aula provisória);
- Publicação de cartilha sobre a experiência dos dois povos reafirmando os princípios da aldeia;
- Início do Projeto de Permacultura;
- Formação de 2 professores na UFMG ( Curso de Formação Intercultural para professores indígenas);
- Ensino da língua patxohã e da permacultura na escola
- Início do projeto de Saúde – Okha Kahab – Cura e harmonia;
- Prêmio Culturas Indígenas – do Ministério da cultura e construção da Casa de Saúde;
- Viagem de intercâmbio com outros povos indígenas ao Canadá e parceria para início do projeto de tanques para criação de peixes e de caixas d'água para coleta de água de chuva;

- Início da luta pela construção das casas com arquitetura própria, definida pelos indígenas, seguindo os mesmos princípios do “viver bem”;

A partir destes momentos vivenciados em grupo, uma série de iniciativas se consolidaram, como a orientação quanto a formação dos jovens depois do percurso na aldeia, a participação na vida da aldeia, a integração da comunidade na escola construindo juntos e acompanhando o seu projeto político pedagógico.

## CAPITULO III

### Clareando caminhos: do local ao “planetário”!

Decididos os rumos para o estabelecimento do território, o projeto tem sido questionado por muitas pessoas e entidades, no tocante à sua importância e relevância social, pois, em plena “modernidade globalizadora”, se identifica com procedimentos destoantes destes paradigmas históricos estabelecidos. Em primeiro lugar, Projeto de Vida da aldeia CVJ pode parecer insignificante e não representativo, se se toma, de fato, como base comparativa, o pressuposto do número de famílias que a compõem: 08 famílias; cerca 30 pessoas e o embate desafiador que se processa no dia á dia.

A aldeia CVJ está localizada no município de Araçuaí – MG, norte do estado. Conforme vislumbramos no mapa, que segue:

**Figura 01:**

#### Mapa do Território da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba



Fonte: Imagem reproduzida do “Google earth”.



Em segundo lugar, não se trata de uma “iniciativa modelo”, cujos resultados a nível geral possam ser visualizados, quantificados e demonstrados como consequência de uma dada intervenção em uma realidade. Não se trata apenas de um embate e disputas constantes para construção da Aldeia no que se refere a sua infraestrutura e conquista de direitos, mas também, de um processo de autoeducação na construção de uma mentalidade coletiva. A iniciativa de um grupo de famílias decididas a viver comunitariamente, pode lograr êxito ou não suportar o impacto do desafio, caindo nas malhas das pretensões do Estado e da Sociedade, que geralmente desarticulam o processo de autonomia propostos pelos povos indígenas. Neste sentido, os indígenas e os que possuem projetos políticos destoantes dos ideais do Estado liberal oferecem aos gestores pistas para a construção de novas relações sociais construídas a partir da prática quotidiana, da administração de seus destinos e seu futuro.

Em terceiro lugar, é uma comunidade construída a partir da diversidade cultural e histórica. São dois povos com trajetórias, históricas, culturais e políticas diferenciadas. Pataxó e Pankararú buscam construir o presente e iluminar o futuro retomando conhecimentos e práticas ancestrais, somando a inúmeras iniciativas que também se situam neste processo do chamado pós-neoliberalismo. O avanço sobre as últimas florestas e territórios existentes, a destruição da biodiversidade, as constantes ameaças à vida do planeta, configuram o cenário para que os povos se interroguem sobre os sistemas políticos e econômicos vigentes, fazendo-os refletir como poderão configurar novos paradigmas de relações com a Natureza.

Outro aspecto relevante na Aldeia CVJ é o fato de os seus membros não se enclausurarem no passado, pois, é impossível o retorno à vida originária ou a fuga das redes sociais. É constante a necessidade de aliar os conhecimentos dos antigos às novas descobertas, às novas práticas que lhes parecem necessárias a uma vida saudável, sustentável e possível numa região de clima semiárido, recriando assim um outro processo educativo. Embora não seja possível vislumbrar o futuro, a aldeia encara com seriedade a formação dos jovens e crianças, que aos poucos vão delineando o perfil da aldeia CVJ. Neste sentido, a CVJ inova em relação as suas práticas e iniciativas de relações com o seu território e às políticas referenciadas

aos indígenas, e em relação à construção das relações intra-comunidade. Se considerarmos a política indigenista a nível global (Brasil) nos deparamos com entraves colossais que dependem de forças políticas desfavoráveis aos povos indígenas como é o caso do Estatuto dos Povos Indígenas, a ser votado há mais de 20 anos; e, atualmente o embate em Brasília, com a PEC 215, a votação do novo Código Florestal.<sup>12</sup>

Se nos detivermos sobre a realidade indígena no Estado de Minas não chegaremos a ir muito longe. Em Minas são três povos que se autoidentificaram como tais: na década de 1990, os Caxixó no Alto rio São Francisco; dois núcleos a partir da migração dos Pankararú para o Jequitinhonha: Aranã em Coronel Murta e Araçuaí, e Mocuri, Vale do Mucuri. Os Pankararú, Xukurú, Tuxá e Pataxó são povos migrantes. Maxakali, Krenak e Xacriabá são naturais da unidade federativa. A ação solidária de órgãos e entidades da sociedade civil para com estes povos tem início no período da ditadura militar (Fundação do CIMI, GREQUI, CEDEFES), e se estende até nossos dias. O Estado começa a ter uma ação mais expressiva em 1910, com a criação do SPI - Serviço de Proteção ao Índio e em 1972 com a FUNAI (Fundação Nacional do Índio).<sup>13</sup>

As entidades da sociedade civil têm sempre no horizonte a luta pelos direitos a eles assegurados, principalmente o Direito Originário, o direito a um território, demarcado e protegido pelo Estado, assim como o direito à educação e

---

<sup>12</sup> O Código Florestal é conjunto de leis que regulamentam o uso sustentável do meio ambiente e atualmente completamente adulterado pela bancadas ruralista e evangélica em Brasília, num imenso retrocesso para o país. A PEC 215 - Proposta de emenda à Constituição retira das mãos do Poder Executivo e passa para a Câmara e Senado a decisão final em relação à demarcação dos territórios indígenas. Ambos expõem o meio ambiente a as populações tradicionais aos desmandos das monoculturas, mineração entre outros. Consultar, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>, acessado em 27/06/2012, às 10:14h.

<sup>13</sup>SPI -Serviço de Proteção ao Índio- criado em 1910, a partir da atuação do Marechal Rondon, extinto por irregularidades. Em seu lugar cria-se a Fundação Nacional do Índio, durante a Ditadura Militar, responsável pela implementação da Política Indigenista do Estado referenciada aos Povos Indígenas. CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Órgão anexo à CNBB responsável pela atuação em defesa dos Povos indígenas. GREQUI - Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena. Ong existente na década de 80 e atuante na luta pela demarcação do território Krenak - Vale do Rio Doce. CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Ong com sede em Belo Horizonte. Atua com a documentação da história indígena de Minas.

saúde diferenciadas. Na maioria das vezes, apesar de toda uma fundamentação em relação a se configurar como uma prática libertadora, e tendo objetivos claros em relação a sua ação, os projetos e iniciativas chegam sempre a um denominador comum: resolvem questões cruciais e emergenciais, mas não provocam, em muitos casos, um enraizamento nas comunidades que as levem a assumi-las como conquistas próprias. Continuam a ser ações solidárias, saldando dívidas históricas com estes povos – ações estas legítimas, corretas e necessárias – mas que vistas por este ângulo, continuam a ser as ações do “outro”, da entidade ou órgão, portanto, beneficiando a aldeia ou o “povo fragilizado”. Neste caso, identifica-se de um lado, a precariedade da vida imposta pelos vários processos de colonização anteriores a esta geração e sua conseqüente resistência, (velada ou não), que formaram as consciências das pessoas e que muitas vezes se manifestam hoje em críticas, oposição, desconfiança, isolamento, silêncio ou aparente concordância.

Outros tantos povos permanecem também com sua identidade, mas assumem a postura do “eterno necessitado”, sempre necessitando do apoio solidário, dos que querem que se salde a dívida histórica, cuidando da sua saúde, alimentação, saneamento, moradia, educação etc. Esses, ficam satisfeitos até que surjam outras necessidades, sem que este procedimento desencadeie um processo de florescimento da consciência cidadã. Uma outra parte dos indígenas, que configura um menor número, assume as lutas coletivas, conscientes do embate entre este modelo de sociedade que lhes é imposto como perspectiva para a viabilização do mínimo que a “Carta magna” do país estabelece. Assumem o risco, conscientes ou não, de se enredarem nas malhas do sistema e serem corroídos por dentro. A conquista solução dos problemas causados pela estrutura, impostos de fora para dentro desde a colonização, não os imunizará das doenças do sistema. Talvez sejam estes os mais expostos a antropofagia do Estado e da Sociedade. Como propõe o sistema capitalista, todos os índios vão sendo empurrados para dentro da engrenagem, empurrados por vezes, devagar, aliciados para irem em direção ao consumismo, à roda viva dos compromissos sempre renovados e cada vez mais exigentes. No horizonte de muitos não indígenas, (e quiçá do Estado e de algumas entidades) tem-se em mente, que, resolvidos os

entraves, os indígenas assimilam o processo, darão continuidade ao mesmo e viverão melhor, deixando de se constituir como problemas e preocupação. Não há ainda, ou se há, não é expressiva, uma compreensão profunda sobre o que os mobiliza neste retorno ao passado para buscar na memória as pistas para continuarem sua rota milenar.<sup>14</sup>

*“Predomina (em grande parte) a ideia de uma dívida a ser paga, de um mal realizado pelos brancos a ser sanado, agora, novamente, pelos brancos. É o estudioso (ou o solidário\_) que conclama á restituição da voz do índio, é ele que luta pelos injustiçados, é dele que parte o generoso ato de aproximação. Mais uma vez o índio deve responder, ser objeto de uma ação....!”*

*“O índio permanece como uma vítima a ser socorrida, como um ser indefeso”... “Encontramo-nos aqui num terreno escorregadio, pois se alguém é visto sob o signo da fragilidade, permanece como mera vítima a ser socorrida, como um ser indefeso.”*

Cabe aqui uma indagação para uma reflexão posterior: *“Se em outros momentos este indígena foi muito mais que uma vítima, se foi detentor de capacidades, saberes especiais, criador de uma vida que excedia o mero âmbito da resistência, tão vigorosos a ponto de se constituírem como obstáculo á fúria conquistadora da sociedade oitocentista”... **Por que hoje, nesta condição de contemporâneos da sociedade capitalista, Estado e Sociedade não se relacionarem com eles a partir destas premissas?**<sup>15</sup>*

---

<sup>14</sup> Os Povos indígenas são representantes autênticos de civilizações milenares que hoje permanecem no planeta, detentores de conhecimentos, de práticas, de vivências e concepções de mundo, dos seres humanos e da natureza que ainda são pouco valorizados pela cultura ocidental, que vê neles empecilhos ao desenvolvimento. Longe se está de ainda da sociedade entender a sabedoria e de lhe dar o devido valor nesta busca de sobrevivência. De torná-la base para a caminhada da humanidade, neste ainda único e possível planeta onde o futuro ainda pode de ser pensado.

<sup>15</sup> DUARTE, Regina Horta. Histórias de guerra: os índios Botocudos e a sociedade oitocentista. Revista História. São Paulo, n. 139, dez. 1998. Disponível em

Naturalmente, no contexto global atual, persiste uma ameaça velada no planeta. Ameaça, não só para os indígenas, porque já se sentem ameaçados há muito tempo. Nenhuma aldeia se sente completamente tranquila em relação a seu futuro. Possivelmente a busca do passado se firme na convicção de que se ele permitiu a vida hoje, abrirá caminhos que permitirão a vida futura. A sabedoria, os conhecimentos ancestrais trarão segurança e indicarão pistas para o Bem Viver hoje e no futuro.

Conviver com o projeto de Vida que se materializa no dia a dia das aldeias, é a oportunidade para exercermos nossa capacidade de ficar em silêncio, nossa compulsão para resolver o problema do outro e ficarmos satisfeitos, e, a partir disso identificar e partilhar descobertas, caminhos e conexões com outras iniciativas que também acontecem entre os vários povos. Esta conexão poderá fazer com que todos se sintam parte desta história local, regional, ameríndia, base para a formação de lideranças críticas e capazes de oferecer alternativas com marca indígena na busca desta sonhada transformação a nível planetário.

## **CAPÍTULO IV:**

### **Construindo um projeto político pedagógico para a Escola Indígena Cinta Vermelha Jundiba**

A proposta pedagógica foi criada com a participação de pais dos alunos/as, e de toda a comunidade escolar, lideranças: Cacique, Vice-cacique e outras lideranças Pataxó/Pankararu, pensando em dar melhores condições de funcionamento para a escola indicando propostas de ensino\ aprendizagem, para o rendimento escolar, concedendo suporte ao trabalho do professor e de todos os funcionários da escola. A proposta pedagógica foi configurada para embasar as práticas educativas, e, portanto, para servir de norteamento aos professores e comunidade escolar. O projeto pedagógico estruturou-se por uma demanda da escola, com o objetivo de melhorar as condições de assistência e aprendizagem do aluno, concedendo apoio aos docentes e aos servidores da escola. No projeto, a comunidade traçou um perfil da escola desde a sua criação até os dias atuais. Deste modo, qualquer servidor que for inserido nos seus quadros terá que se inteirar desta proposta, uma vez que indica todos os procedimentos da escola, do corpo administrativo até os procedimentos pedagógicos.

Quando os indígenas aportaram no município de Araçuaí, em julho no ano de 2005, tinham um sonho de formar uma aldeia com seu jeito de viver e educar seus filhos, tendo como forma de aprendizagem o fortalecimento da cultura e identidade, dentro do território da aldeia. Neste período, as famílias alugaram casas na cidade para que os filhos não perdessem o ano letivo, especialmente os que cursavam o último ano do ensino médio. As crianças do ensino fundamental estudaram na Escola da Barra o Pontal, também conhecida como Itira. Essa situação gerou grande desconforto para as famílias e para as crianças, pois até então nunca haviam estudado fora de sua aldeia. Os pais ficavam muito preocupados com essa situação, vendo seus filhos andando em pleno sol de quase 40°C em um percurso de mais ou menos 7 km durante todos os dias. Nessa época,

a CVJ contava com dois professores que atuavam na Escola Estadual Indígena Bakumuxá Pataxó, formados no curso superior de Magistério Indígena, no Parque Estadual do Rio Doce. As lideranças da aldeia, conhecedoras das leis, especialmente a n° 9394, de dezembro de 1996, artigos: §2, §3, §4, §10, 22§, §78 e §79, procuraram os órgãos competentes para instalação da escola na aldeia.<sup>16</sup> Naquele momento, a CVJ não era reconhecida pela União como terra indígena, portanto, o pedido de ter uma escola própria foi negado, como se o direito à educação fosse direito secundário e não fundamental. Para ter início, a Escola passou a funcionar como sala anexa a uma escola estadual do município de Araçuaí - Escola Estadual Aparecida Dutra-. Finalmente, a partir de janeiro de 2006 instalou-se a escola na aldeia, em sistema multisseriado, contando com a contratação de dois professores, que atuariam respectivamente no ensino fundamental, lecionando nos anos iniciais, e no ensino da Cultura Indígena Pataxó/Pankararu; empregando um método de abordagem do uso do território.

#### **4.1 - Alguns planos para a escola:**

##### **4.1.1 - Conquistados**

- Contratação de professores;
- Construção de uma escola própria da aldeia; (2010).

##### **4.1.2 - Não conquistados**

- Construção de uma escola preservando a arquitetura tradicional;
- Implementação na escola da aldeia da Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Implantar o Ensino Fundamental de 6º ano ao 9º ano e o Ensino Médio;

---

<sup>16</sup>Os dois primeiros professores eram Ivan Pankararu e Sinoeme Yamani Pataxó que haviam feito o Curso de Formação de Professores indígenas no Parque Estadual do Rio Doce, patrocinado pela Funai e UFMG. Eles começaram a lecionar na Escola provisória, construída pela própria aldeia. Posteriormente foi contratado o Professor de Cultura Ytxay Pataxó.

#### 4.2 - Projeto para o ano de 2012

- Organização do currículo escolar abarcando os temas levantados pelos alunos e alunas; e comunidade durante a avaliação iniciada em 2011.
- Participação efetiva dos alunos no processo de construção curricular socializando seus conhecimentos com a comunidade;
- Conceder especial atenção à Cultura Pankararu visando organização de todo material existente;
- Promover o intercambio e aprendizado da história artesanato, pintura, música, dança, culinária, língua Pankararu;
- Iniciar o Projeto de Galinheiro ecológico e horta na escola, para envolver pais e alunos;
- Melhorar o diálogo entre professores, alunos, escola e comunidade;
- Retomar e aprofundar a agroecologia na comunidade;
- Convite a pessoas ligadas a movimentos sociais para contribuir com a Escola- comunidade;
- Incluir na grade curricular o estudo das plantas medicinais da região;
- Incluir o estudo sobre sementes nativas e iniciar um “banco de sementes”;
- Socialização de novos conhecimentos a respeito dos novos territórios e seus usos, assim como articular a organização de visitas, configuração de mapas etc.
- Inclusão da história da colonização e dos povos indígenas de Minas Gerais;
- Introdução de estudos sobre Direitos Indígenas (Saúde, educação, território, língua etc);
- Inclusão de matéria sobre saúde indígena e conhecimentos tradicionais;
- Aulas de artesanato dos povos reunidos em CVJ;
- Continuidade do estudo sobre Língua Pataxó, cultura e história Pataxó
- Inclusão de estudo sobre o “Projeto do Bem Viver”;
- Incentivo da AIPPA para parceria com a UFVJM.



### **4.3 - Algumas necessidades da aldeia já realizadas**

- Cursos de Formação para Professores Indígenas de Minas Gerais (magistério indígena);
- Contratação do professor do ciclo inicial e complementar da alfabetização e professor de cultura indígena;
- Contratação de uma auxiliar de serviços gerais;
- Curso intercultural para professores indígenas de Minas Gerais (UFMG – “FIEI”);
- Construção do prédio escolar (projeto casa escola, através do Governo do estado de MG.),
- Avaliação da escola e do trabalho de educação na trajetória da construção do projeto da aldeia. (2011 e 2012)
- Elaboração do PPP - 2012

### **4.4 - Caracterização da Escola Estadual Indígena CVJ**

A Escola funciona em uma sala anexa a Escola Estadual Professora Aparecida Dutra – Araçuaí. A proposta da aldeia CVJ é ter uma Escola intercultural, bilíngue, de língua indígena Pataxó-Pankararu, que configure um espaço cultural de socialização e desenvolvimento do aprendiz, preparando a todo (a)s para o pleno exercício e gozo dos direitos e do cumprimento dos deveres, como cidadãos e cidadãs brasileiro(a)s. A escola atualmente funciona com dois professores e uma auxiliar de serviço gerais, num total de 06 (seis) alunos atuando diretamente na escola.

#### **4.4.1- O QUE SE PROPÕE PARA A ESCOLA NA CVJ:**

- Ampla liberdade de participação das famílias na escola, ou seja, estabelecimento de reuniões propostas pelos professores ou pelas famílias

para conhecer a situação da escola dos filhos, dos professores e suas atividades.

- Acompanhamento em casa da vida escolar dos filhos: desenvolver nos pais o interesse em saber como as crianças estão na escola; olhar seus cadernos; ajudar nos deveres; cobrar dos filhos horários para fazer os trabalhos, asseio e cuidado com o material escolar.
- Participação da Auxiliar de Serviços Gerais nas reuniões, nas quais se dará valor ao seu trabalho e aos alimentos preparados.
- Conscientização de que a Escola pertence à Comunidade.
- Cobrar da Secretaria do Estado e Superintendência visitas de acompanhamento à Escola, para avaliação da escola, e sua relação com os seus Professores, suas Lideranças e Comunidade, fornecendo material didático específico.
- Organização de uma biblioteca especializada para a aldeia;

#### **4.5 - Algumas reflexões sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico) da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba (CVJ)**

##### **Principais temas:**

- Discussões referentes a concepção de território;
- Fortalecimento da identidade indígena Pataxó e Pankararú;
- Conhecimentos sobre a história de cada povo que compõe a aldeia;

##### **Norteamentos:**

- Ensinar para as crianças concepções de território, buscando referências no fato de os antepassados já terem passado nessa região, e ensinado aos seus descendentes o amor ao território e sua conservação;
- Construir uma história que se relacione com os antepassados da aldeia;
- Buscar a relação individual do “ser indígena” e sua alteridade;

- Valorizar a sua história passando informações sobre sua cultura a quem se interessar por ela;
- Conhecer a história de luta dos povos Pataxó e Pankararu;
- Conhecer a história de outros povos indígenas de Minas, do Brasil e Américas;
- Conscientizar os indígenas sobre a importância da presença de dois povos formando uma só aldeia;
- Ampliação e fortalecimento das parcerias com a UFMG, UFVJM, CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, Associação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado, CAA-NM - Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas, IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, e estabelecimento de novas parcerias, com universidades e ONG's, para angariar recursos teóricos e práticos para melhoria da escola e do ensino;

### **Etapas:**

#### **Educação diferenciada para o povo da aldeia:**

- Direito de a Aldeia ter planejamento da comunidade a partir de suas prioridades;
- Direito a ter uma escola própria, vinculada ao Estado (direito a merenda, livros, etc.);
- Direito de ter carga horária diferenciada;
- Necessidade de aprendizado fora de sala aula (aulas de campo) inclusive com participação de outras pessoas da comunidade e de fora dela;
- Necessidade de material didático específico, de intercâmbio e de material de outras aldeias e etnias;
- Construções de material próprio: mapas; cartilhas, vídeos etc;
- 

#### **Participação e funções de Pataxó e Pankararú através da articulação da AIPPA:**

- Delimitação de funções na aldeia e participação na escola: pajés, curandeiros, benzedeiros, caciques, vice-cacique, professores, os índios mais velhos;
- Delimitar funções na escola partindo do princípio que envolverá toda a comunidade, pois esta configura um conjunto;
- Importância da família no processo de ensino/aprendizagem;
- Ensinar o significado de ser Pataxó e ser Pankararú, suscitando: o orgulho do povo, sua resistência, aparência, características do *modus faciendi* de sua cultura;
- Resistência e conservação de suas características, revalorizando suas línguas e tradições;

#### **A escola na comunidade:**

#### **Funções da escola:**

- Fortalecimento da cultura indígena;
- Ponto de reunião para reflexão e formação das crianças e da comunidade;
- A base para o fortalecimento e valorização da cultura de cada povo, de sua história e do aprendizado de nova relação com a terra;
- Continuação da formação das crianças;
- A aula deve ser um espaço de todos da comunidade;
- A escola deve ser espaço para a preservação e resgate da cultura (criação de um espaço de informação e cultura: biblioteca e museu indígena)
- Ensinar aos alunos a serem guerreiros na conquista pelo seu espaço, pelos seus direitos e cidadania;
- Necessidade de capacitar uma equipe indígena de acordo com as necessidades da comunidade, e, em alguns casos, independente de sua qualificação, podendo ser qualquer um da comunidade que tenha sabedoria;
- Necessidade de transporte escolar para intercâmbio intercultural;

Quais as atitudes pedagógicas que favorecerão a boa qualidade de formação das crianças, jovens e adultos?

**Atitudes pedagógicas importantes na escola:**

- Orientar a formação de um indígena integrado ao viver de seu povo; que conheça suas diferenças e as valorize diante de outro povo;
- Que não seja uma educação etnocêntrica, que enfoque o mundo como lugar habitado por muitos povos, com histórias e culturas diferentes. Um ambiente que ajude as crianças, jovens a se sentirem parte de uma construção social e identitária na qual desempenham papel muito especial;
- Que não desconheça os desafios colocados para os povos indígenas, pelos sistemas políticos sociais, como o capitalismo; ajudando a entender as diferenças entre o projeto do capitalismo e suas consequências; e o Projeto de Vida Indígena;
- Que desperte no jovem e na criança a vontade de aprender e saber sempre mais sobre seu povo, a natureza e sua relação com meio ambiente;
- Que eduque para a independência e autonomia das pessoas;
- Que a escola proporcione momentos de lazer e de partilha entre alunos, famílias e professores;

**A relação entre escola e pais:**

- A Aldeia CVJ tem encontros periódicos onde se faz o ensaio de cantos, danças, pinturas, assim como reuniões onde se discute os problemas da aldeia, preleções e também momentos de comemorações. Estes são momentos especiais aproveitados para passar informações. Talvez se devesse criar momentos especiais para se falar sobre a escola, enriquecendo assim o “Dia da Partilha”.

**Como a aldeia indígena revitalizará a sua cultura?**

- Favorecendo o intercâmbio entre indígenas e outras experiências de valorização da cultura;

- Realizando oficinas de pintura, de cantos, danças, histórias, artesanato;
- Dando continuidade às atividades comunitárias como: coleta de sementes para confecção de artesanatos, incentivando crianças e jovens na confecção de artesanatos e na sua comercialização;
- Conhecendo a história indígena da região e de seu próprio povo;
- Criando momentos de atividades coletivas dentro do projeto de Permacultura (visitas às escolas onde se faz a pedagogia do círculo, visita ao Sítio Maravilha, área experimental da *Permacultura* no Cerrado).

### **Eixos norteadores dos processos educativos:**

É importante conhecermos os elementos da Natureza, porque esse elemento constitui a base da formação do indígena e seus vínculos com a Espiritualidade. Neste sentido, devemos facilitar ao aluno o aprendizado de que ele integra a rica biodiversidade da Natureza. E que na Natureza tudo se interconecta, se inter-relaciona e se complementa. O homem precisa das plantas que lhe fornece oxigênio. O avô se complementa com o neto. A mulher com o Homem. Portanto, não há um ser mais importante do que o outro.

- O território é o espaço no qual podemos nos sentir livres, sendo configurador de uma identidade; Neste caso, precisamos **fortalecer** o espírito na união com a Natureza, pois é necessário valorizá-la, preservá-la e construí-la.
- No entorno da reserva, as áreas estão sendo desmatadas para plantar Eucalipto e mamona. Isto traz problemas para o meio ambiente e para todos.

A relação da aldeia com a natureza e com o seu território é de respeito, de equilíbrio, do necessário à sobrevivência. Muitos não-indígenas têm outra forma de ver a terra, visando somente o lucro; e, com este modo de viver destrói-se o meio ambiente, que tanto necessitamos para bem viver. O indígena consciente protege a terra; toda a sua riqueza e o seu diploma é a sua relação com a terra,

pois o seu ponto central não é a riqueza, o lucro, o progresso; mas anseiam por uma vida digna, vivendo bem e não acumulando riquezas.

## **CAPITULO V:**

### **Os vários passos em direção à construção do Bem Viver**

#### **5.1 - “ESCRITOS NO CORAÇÃO”**

Para as famílias fundadoras da Aldeia CVJ, não se tratava de congregar pessoas no território, algo aparentemente fácil, mas enfrentar o desafio para união de pessoas em torno de uma “Construção em Comum”, embasados na transparência, na participação de todos e na solidariedade. Várias iniciativas marcaram este momento inicial de consolidação da aldeia e de vivência coletiva: as viagens coletivas para identificar territórios no Mucuri, as reuniões para tomadas de decisão (seja em relação à busca da terra, aos mutirões, à decisão de ir para a terra, à luta pelo atendimento a saúde e educação, à luta por saneamento básico, à construção das primeiras normas de funcionamento interno do grupo e sua implementação). Descrever os procedimentos da consolidação desta conquista, que foram inúmeros, conformaria outro trabalho de pesquisa. Mas merecem destaque os passos que foram consolidando a Aldeia e o ideal de formação de uma mentalidade comunitária. Alguns destes momentos de construção e consolidação das normas de funcionamento interno da Aldeia serão abordados a seguir:



## 5.2 - Momentos marcantes:

### 5.2.1 - O Terreiro do Sol

**Figura 02**

#### **Preparação de Ritual no Terreiro do Sol na Aldeia CVJ**



**Foto:** *Geralda Chaves Soares, 2011.*

**Figura 03**

#### **Cabanas do Ritual de Casamento Onde a Noiva Fica Reclusa**



**Foto:** *Geralda Chaves Soares, 2011.*

Em 2006, realizar-se-ia o primeiro casamento com ritual indígena na Aldeia. A preparação começou através da articulação de contatos externos para fazer os convites, conseguir a carne para o churrasco, construção da Cabana na área social da aldeia e a cabaninha onde a moça ficaria reclusa. O noivo estaria se preparando escolhendo a pedra ritual e treinando para fazer o trajeto até a cabaninha. Pela primeira vez, depois de quase duzentos anos de colonização, um rito de casamento tradicional entre indígenas transcorreria no Vale do Jequitinhonha, um fato inédito para a região. Um casamento sem padre e sem pastor, sem escrivão, mas um casamento indígena. A curiosidade dos moradores da região era enorme. O casamento de fato aconteceu com a presença de quase mil pessoas, com churrasco e tudo a que os indígenas sonhavam e tinham direito. Mas mais do que a cerimônia ritual, um marco foi decisivo: Um Pataxó mais velho batiza o Terreiro Central com o nome de Terreiro do Sol. E refaz um costume religioso ancestral:

Como nos tempos antigos, nas vésperas do casamento, todos se reuniram para a bênção do Terreiro e fizeram a memória dos antepassados. O indígena colocou no centro do círculo, onde estava desenhado o sol brilhante, um cocar de penas e num longo discurso falou que naquele momento ele chama por todos os nomes dos que já se foram e deram a vida nesta luta da qual a CVJ faz parte, para que protejam a aldeia, protejam o casal novo. E pede então ao Sol que leve os maus pensamentos, desejos e energias ruins para longe, para que este dia que se aproxima seja um dia de muita alegria e sem problemas para todos. Cantos e danças se sucedem em círculo reafirmando mais uma vez a força que vem dos antepassados. Buscando no passado a luz para o presente que se construía a duras penas, mas uma construção prazerosa e rica para cada pessoa.

No dia seguinte, no despertar da manhã, houve um novo encontro no Terreiro do Sol. “*Que ele traga as energias boas para este dia!*”. Este ritual hoje já se tornou parte do Calendário da Aldeia. O cerimonial marcou a presença indígena na região para os não-indígenas e para outros indígenas presentes.

### 5.2.2 - ESCRITO NO CORAÇÃO:

Algumas premissas foram se estabelecendo na medida em que as situações de desafio surgiam. Uma das primeiras expressões de uma das principais lideranças era:

*“-Não quero que escreva como deve funcionar a aldeia. Como antigamente, as pessoas tem que ter as decisões dentro da mente e do coração para seguir. Para não virar lei de branco que ninguém segue”.*

E decidem:

*“-A Aldeia será formada apenas por indígenas e não será permitida a presença de casais e casamentos com não-indígenas. Os jovens serão aconselhados a casar com indígenas de outras etnias. Se optar por se casar com não –indígena, deverá morar fora da aldeia.”<sup>17</sup>*

Estas foram algumas das primeiras normas estabelecidas. E transcorreu o primeiro embate. Diante de uma situação de doença de uma parenta, uma das famílias articula sua vinda para a aldeia, mas sem uma consulta coletiva. Era um caso grave de saúde e a aldeia acolheu a proposta. Mãe de três filhos representava mais crianças amparadas na aldeia e frequentando a escola. Casada com um não-indígena, veio o momento difícil de decisão e o cumprimento do que fora estabelecido. Na memória de todos estava viva a realidade vivida e deixada para traz na Fazenda Guarani. O não-indígena era conhecido de todos. Não era uma pessoa de maus costumes, mas, a experiência da interferência da outra cultura na vida da aldeia, na educação dos filhos, o rompimento com a vida anterior na fazenda Guarani, o desejo de construir algo diferente, falaram mais forte. A Aldeia se reuniu com o casal e expôs o que tinha sido convencionado anteriormente. O Senhor não-índio decidiu voltar para seu pedaço de terra, levando a criança que era seu filho. A mãe decidiu ficar na aldeia com os dois filhos de outro casamento e passaram a participar da vida da aldeia. Não era possível ceder. O fato desencadeou embates, rusgas e desejo de abandona a aldeia por alguns sujeitos. Todavia, optou-se por manter os princípios de um Projeto de

Vida escolhido na construção da aldeia. Não se tratava do bem individual, mas de proteção das decisões em relação a um futuro que apenas começa, e, que desejavam como certo. Manter as decisões fundadoras da aldeia fortaleceu o grupo e sua identidade. A família em questão não conseguiu se engrenar no Projeto e acabou saindo da comunidade e se casando, vivendo hoje num assentamento de trabalhadores. Atualmente, é um consenso da Comunidade que a atitude tomada foi correta, e nenhum membro pensa em trazer não-índios para a aldeia.

### 5.2.3 - Faltam Crianças na Escola

**Figura 04**

#### **Escola Indígena Cinta Vermelha Jundiba**



**Foto:** *Geralda Chaves Soares, 2010.*

Com o passar dos anos, as crianças foram crescendo e os jovens se dividiram em 2 grupos. Parte estuda nas EFAS (Escolas Família Agrícola) por serem as que mais se aproximam da formação desejada na aldeia. Outros estudam nas escolas estaduais em Araçuaí. Os alunos da escola diminuíram e havia uma

grande ansiedade em resolver este problema. Com a proposta de ampliação da terra começou uma articulação com outro povo, na esperança de que sua vinda possibilitasse a continuidade da escola e os dois professores continuariam suas atividades formativas. Um dos entraves era a composição do grupo formado por vários casais mestiços, com filhos e filhas que nunca viveram a experiência numa aldeia, tampouco, possuíam noção de vida comunitária numa aldeia. Vários acordos foram feitos, apesar das restrições de parte da aldeia, mas acolher este outro povo tornava-se consenso. Neste momento, novamente pairava a proposta de rompimento de uma norma política fundamental para o futuro da aldeia. Numa das assembleias da AIPPA as posições se dividiam: “*queriam que viessem logo, já que era para vir*”; outros ponderavam: “*Eles nunca viveram em aldeia. A gente não se conhece*”. E decidem que dois casais deveriam fazer uma experiência de convivência e trabalho na aldeia estreitando o conhecimento mútuo, para ambos decidirem sobre o projeto de transferência e de dinâmica de construção de um projeto de vida juntos. Depois de alguns contatos entre os dois povos, que incluía reuniões com toda a comunidade, e discussões, falas de ambos os lados e opiniões, venceu a proposta de um período probatório dos casais. O outro povo demonstrava insegurança, mas se sentiu desafiado a aprender, o que não sabiam. Queriam aprender a fazer artesanato, a dançar, a cantar, vestir as roupas típicas. Portanto, os chegantes ainda não possuíam uma atitude condizente com uma proposta de autonomia e de liberdade proposta na CVJ, sem desejo de retorno ao passado, de repensar suas origens, o que sabiam e o que poderia ser regatado, desde que as famílias são originárias de um povo numeroso na Bahia. Dentre estes, apenas 04 pessoas tinham nascido e vivido em uma aldeia. O grupo já tinha passado por uma experiência frustrante de deixar a vida na periferia da cidade e ir para uma terra, aguardando um apoio institucional da FUNAI que não aconteceu. Conflitos internos fizeram com eles retornassem para a cidade sendo alvos de muita discriminação. Na CVJ, sentiram o pulsar da vida comunitária, os desafios por vir numa região de intensa migração, sem conhecimento de pessoas, entre outras coisas. Para uns pesava não saber como iriam sustentar a família, para outros a região seca. As diferenças foram se tornando visíveis. Para a CVJ, as

famílias representavam o fortalecimento da caminhada, o apoio às lideranças e mais crianças na escola, impedindo sua paralisação.

O tempo passou e o grupo conseguiu outra terra. A proposta foi arquivada e posteriormente repensada em função das perspectivas da aldeia. Chegou-se a uma compreensão de que na solução do problema da área da educação estava embutida mais uma forma de romper a malha da construção que vinha se consolidando até então na CVJ.

#### **5.2.4 - Okhá Kahab – Saúde Cura e Harmonia!**

A participação dos Indígenas nas Assembleias nacionais, regionais ou estaduais de saúde, mostrava cada vez mais a necessidade de fortalecerem as formas nativas de prevenção de doenças e seu tratamento. As decisões registradas nestes eventos, o papel atribuído aos agentes de saúde, nem sempre abriam espaço para estes conhecimentos milenares que paralelamente caminham ao lado da estrutura de saúde do Estado. Comumente se ouve nestes encontros, dos e das indígenas: -“Tem doença de índio, que branco não cura!”

E uma infinidade de histórias é contada e lembrada sobre tratamentos, plantas medicinais, curas, que ficam como saberes que não se encaixam no trabalho dos agentes de saúde, das enfermeiras, médicos oficiais. No mínimo tem-se conhecimento dos mesmos, mas não tem relevância, em nível de serem considerados como práticas importantes. Para estes povos, influências religiosas externas também impedem que as mulheres continuem a benzer suas crianças. Na CVJ uma discussão é retomada e que se expressa nas palavras de Cleonice Pankararú, auxiliar de enfermagem na aldeia e estudante de Biologia na UFMG:

*-“A saúde é física e espiritual. A saúde para todos os indígenas é uma condição para ser feliz. Ter saúde é para nós muito mais do que estar sem doença. Ter saúde é poder trabalhar, ter alegria, fazer festas, ter pajé e rezadores na Aldeia, zelando pela vida da comunidade para que ela possa viver de acordo com sua própria cultura”.*

*“-Para manter a saúde é preciso manter a qualidade de vida, ter terra demarcada, ter água pura, peixes, alimentação, ter caça, criar os filhos na tradição respeitando os costumes, ter atendimento que respeite os diferentes jeitos de viver. Valorizar e acreditar na sabedoria e na medicina dos povos aprendidos ao longo dos tempos (benzedoiras, pajé, curadores, raizeiros). Existem doenças de indígenas que a medicina não indígena não sabe curar”.*

### **Figura 05**

#### **Saúde Cura e Harmonia**



**Foto:** Geralda Chaves Soares, 2011.

*“-A saúde é Física e Espiritual: Quando a pessoa sente que está curada, está com saúde, ela sente que está ligada com o sobrenatural e com todas as formas de vida. Sua mente, seu corpo se transformam. Ela se sente bem. Tem alegria e disposição. Este bem estar geral nos ajuda a viver bem a vida contribuindo para a saúde da Mãe Terra e de nossa comunidade, de nossos parceiros, de familiares e amigos. Não*

*se cuida só do corpo nem só do espírito. O remédio tem que ser completo porque eles têm força um sobre o outro. Nós somos um pouco dos animais, das plantas. Somos parte da natureza e por isto quando estamos doentes, nós passamos este mal estar para fora de nós e para o que nos cerca”.*

*-“Nossa Saúde e a Natureza: Quando vemos as serras cheias de labaredas de fogo no tempo das queimadas, a gente entristece, tem medo, fica um clima ruim de preocupação. Meche com todo mundo. As crianças começam a ter falta de ar. A Terra está sofrendo. Com os incêndios, o desassossego é muito grande para os bichos, do mais pequeno, como a minhoca, como os bichos maiores. É passarinho sem lugar para pousar. É oncinha procurando lugar para esconder. Será que não pensam que é das chapadas que vêm as nascentes dos rios? Será que vão plantar eucalipto em tudo?”*

*“Cada Povo cura de um jeito: se na Comunidade tem alguém que não está bem isto mexe com toda a Comunidade. Por isto precisamos reunir para reestabelecer a saúde de um e de todos. Não tem uma hora para cuidar da saúde. Os protetores espirituais vivem entre nós. Os Pankararu chamam pelos Praiá, que são os encantados que os protegem. Os Pataxó têm seus protetores próprios. Os Krenak chamam pelo Maret. Os Maxakali chamam pelo Yamiyxop. Saúde tem a ver com a Religião. Com nosso modo de ser. E cada povo cura de um jeito. Nem sempre o pessoal de fora entende,tem doença de índio que remédio da farmácia não cura”.*

Partindo destes princípios, nasceu a proposta da aldeia desenvolver o trabalho com as plantas medicinais. Desde o começo, esbarrava-se na questão dos diferentes saberes dos dois povos. As famílias Pataxó tinham conhecimentos da



flora da mata atlântica e litoral e as Pankararú mais ligados ao cerrado e caatinga, mesmo que ambos os povos tenham passado por outras experiências e agregado outros conhecimentos. A primeira vitória foi a aprovação do projeto para as plantas medicinais do Prêmio Culturas Indígenas, a construção da Casa de Saúde Cura e Harmonia e onde se propuseram a fazer o plantio e iniciar a produção de remédios caseiros, assim como construir a sauna medicinal. Coincidentemente, numa viagem de intercâmbio com outros povos indígenas em Toronto, Canadá, observamos a cura pelas pedras, o que faz lembrar outras formas de tratamento realizadas pelos Pankararú e um movimento independente na área de saúde com muitas práticas de cura indígenas realizadas em instituições não-indígenas.

Embora continue o interesse e as práticas de tratamento com plantas medicinais e remédios caseiros adquiridos no Cantinho da Saúde em Araçuaí, feitos por mulheres a partir dos conhecimentos das plantas medicinais do Cerrado, assim como a participação em encontros de formação nesta área, o projeto não foi totalmente viabilizado por falta de água (havendo a perspectiva de ser retomado em 2012).

Várias normas estão sendo assimiladas aos poucos, e, mesmo não sendo alvo de discussões e reuniões já fazem parte de um acordo já amplo em relação ao que está consolidado e aceito inclusive pelos jovens. Em 2006, a CVJ editou uma pequena cartilha, sobre a experiência dos dois povos, suas diferenças culturais e os motivos que os levaram a se unir para formar uma aldeia. No impresso registraram as bases para muitas outras pequenas normas de convivência e que vão dando configuração à ética Pankararú-Pataxó.

A partir deste conteúdo que já vinha sendo trabalhado em filmagens, gravações e resgate das histórias, registro de lembranças surge a ideia de construir o símbolo da Aldeia com seus significados. Cartilha e Símbolo foram feitos com a contribuição de todos os moradores e moradoras da CVJ. Os povos retratam os pilares deste futuro que os orientam.

## 5.2.5 - O Símbolo da Aldeia CVJ e seu Significado:

**Figura 06**  
**Símbolo da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba**



*Foto: Geralda Chaves Soares, 2011.*

Estão representadas no Símbolo as imagens que são o pano de fundo da construção da aldeia.

- Uma SUCURI: Força, Coragem, Desafio, Vitória nas lutas, Sabedoria, Conhecimento;
- A CUIA: Símbolo da Partilha - É um utensílio doméstico, conhecido por todos, usada para dividir, partilhar a comida, a bebida, o remédio.
- Dentro da Cuiá estão os símbolos maiores representativos da Cultura Pankararú e Pataxó:
  - O PRAIÁ - Entidade Sagrada e Protetor Espiritual do Povo Pankararú;
  - KAMPIÔ - Cachimbo Sagrado dos rituais Pankararú;

- MARACÁ E CACHIMBO – alegria, religião, espiritualidade, paz, proteção, união, saúde física e espiritual.
- A ÁRVORE JUNDIBA - Árvore sagrada do Povo Pataxó – representa proteção, segurança, vida, união, solidariedade, justiça, luta, identidade. Debaxo de suas raízes os guerreiros Pataxó eram abrigados.
- PEIXE MUSSUM - Liberdade, libertação, astúcia; Nenhum povo consegue viver acorrentado, preso, subjugado. Na aldeia as crianças aprendem desde pequenas a se libertarem de amarras e prisões;
- CÍRCULO FORMADO PELA SUCURI em torno dos demais símbolos- significa a força e a resistência Milenar dos povos;
- TERRA E ÁGUA - Vida em Todo Universo. Princípio e fim. Mãe Terra de onde viemos e o seu leite a Água que nos dá a Vida.

*“Para nós estes símbolos significam muito. Cada símbolo deste nos ensina a direção para o BOM CAMINHO (o Bem Viver) que devemos trilhar para sermos autênticos Pankararu e Pataxó.”*

Neste aspecto, com o aprofundar das experiências, outras normas foram se tornando parte do inconsciente da CVJ, mesmo que algumas não sejam praticadas em sua totalidade. Por exemplo, em relação à Permacultura que é uma das marcas da aldeia. Mesmo que a falta de condições para exercê-la, como, por exemplo, a questão do abastecimento de água, faz parte do PPP - Projeto Político Pedagógico- da Aldeia. As crianças aprendem na prática o cuidado com a natureza, o respeito à biodiversidade.

A grande preocupação com as queimadas e com o avanço da monocultura de eucalipto na região levou a outra discussão: **a necessidade da ampliação do território da comunidade, que desta forma possibilitaria a proteção de uma vasta extensão de terras e do Rio, evitando o desmatamento, as queimadas, e, expandindo no entorno do território as práticas de Agroecologia e Permacultura.**

Mais recentemente, em Assembleia da AIPPA, definiram-se os rumos da configuração da Educação diferenciada, passando a considerá-la no PPP-2012 como uma escola onde todos da aldeia são considerados alunos e professores, inclusive os que estudam fora. Três vezes na semana a comunidade se dirige para a escola onde estão estudando inicialmente a língua Patxohã, a ética da aldeia e outros assuntos definidos como interesse do grupo. Além de fortalecer o processo de formação, esta iniciativa resolve o problema inicial da falta de alunos apontada pela Superintendência de Ensino.

Esta experiência pode se constituir na base para a futura escola Intercultural discutida recentemente. De todas as normas, porém, há algumas que se destacam pelo conteúdo transformador e propositivo para o futuro. Trata-se das formas de exercer a autoridade dentro da aldeia. Trabalha-se a ideia de que a “AIPPA SOMOS NÓS”. Toda pessoa pode convocar reuniões, representar a comunidade, tomar iniciativa, desde que elas passem pelo aval da Assembleia. O local de reuniões e tomada de decisões é a Cabana Central e para alguns momentos específicos, dependendo do assunto, a Escola.

Desta forma, estabelecem-se espaços de decisões coletivas, evitando que surjam lideranças personalistas, fáceis de serem cooptadas por interesses externos. Ao sair, “a pessoa leva consigo a Aldeia, seu nome e suas conquistas”, cada pessoa aprender a comunicar quando sai da Aldeia e no seu retorno, caso sejam eventos que envolvem a AIPPA\ Aldeia, comunicar a todos\as, na Cabana os resultados de sua viagem.

#### **5.2.6 - Item do Regimento Interno: Viagens:**

*–“O mundo está muito complicado e perigoso. Comunique ao cacique e às lideranças se vai sair da aldeia. Você sai, mas leva a Aldeia consigo.”*

O cuidado com as pessoas, a comunicação, se torna assim mais um elo que fortalece as relações do grupo e as relações interpessoais. Quem ama, cuida! Uma família que articula ou participa de eventos fora da Aldeia, se isola, age sozinha,

adquire bens, faz contatos e não se comunicar com a comunidade é motivo de censura, críticas, descontentamento e de comentários, o que de certa maneira acaba inibindo estes comportamentos.

A transparência é uma das qualidades mais apreciadas nas Lideranças e nas pessoas em geral. Os líderes tornam-se promotores e articuladores de políticas construídas pelo grupo, não desejando ganhos pessoais e vantagens. Na comunidade, mantém-se a representatividade das lideranças cultivando relações que se baseiam na confiança, reciprocidade, complementaridade, relacionamentos interpessoais e diálogo. Evitando-se assim as tendências ao individualismo. Evidentemente, o processo de construção de uma comunidade constituída de dois povos de culturas diferentes, com anos de contato com a sociedade envolvente e num crescente grau de politização, não segue o “escrito à risca”. Todavia, torna-se imprescindível ressaltar que as normas nascem da vivência, “Sendo escritas no coração”, e se externando nas decisões coletivas, o que fortalecem o projeto de vida da CVJ como proposto inicialmente.

### **5.2.7 – Ritual da Partilha**

Os Povos Nativos sabiamente criaram inúmeras formas de consolidar sua ética, sua visão de mundo formando pessoas capazes de viver a partir de princípios coletivos, capacitando as gerações para serem autônomas. Assim na Cerimônia do Pow Wow vários grupos familiares se juntavam para partilhar, presentear, dançar, fazer trocas interessantes, articular casamentos e alianças. Nesta cerimonia educavam-se as pessoas para vencerem o individualismo, a tendência a se sentir dono dos pertences. De forma que qualquer pessoa poderia solicitar um brinco, uma manta e por ética, por mais que fosse precioso, deveria aceitar a troca. Na CVJ houve momentos de crise e de fechamento das pessoas. Num destes momentos, no entanto, falou mais forte a necessidade de fortalecer os laços de amizade. Desta forma, um dos membros da Aldeia, sentindo em perigo os sonhos de futuro, começa a chamar as famílias para um encontro no Terreiro Central e ali prepararem a alimentação. Este foi um primeiro momento. Este dia de Encontro começou a ser chamado de forma jocosa de dia do “VAI QUEM TEM”... Tem

algo a levar para cozinhar, por exemplo, e que agora evoluiu para ser o DIA DA PARTILHA. No segundo domingo de cada mês as famílias se reúnem e fazem a alimentação, as crianças brincam, troca-se ideias e informações. Em outros momentos convida-se pessoas solidárias ou entidades parceiras para partilhar este dia. O DIA DA PARTILHA faz hoje também parte do calendário da CVJ.

## **CONCLUSÃO:**

Na tentativa de expor de forma precisa e concisa o processo vivido na Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, cabe ressaltar o último momento de enriquecimento e aprofundamento da pequena Comunidade. Em fins de 2011 iniciou-se uma nova discussão á respeito do Mundo em que vivemos. Tomando como ponto de partida o movimento indígena e suas conquistas em alguns países da América Latina, de modo especial a Bolívia e o Equador. Assim iniciam a discussão sobre o Mundo em que vivemos e o Mundo que estamos Construindo, chamados de A ÁRVORE DO CAPITALISMO e a ÁRVORE do BEM VIVER, suas consequências para os indígenas e para toda a humanidade. Despertam então para a criação de formas de construir o BOM CAMINHO onde todos estão conectados e são importantes na busca de um mundo onde haja futuro para o Planeta e todos que dele fazem parte.

**Figura 07**

**Escola CVJ Cuidando da Mãe Natureza**



**Foto:** Sinoeme Yamani, 2009.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes e documentos impressos:

Convenção de número 169, disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international\\_labour\\_standards/pub/convencao%20169\\_2011\\_292.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/international_labour_standards/pub/convencao%20169_2011_292.pdf), Acessado em: 27/06/2012, às 09:00h.

*Cartilha Pankararu Pataxó da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba*. Banco do Nordeste, Cedefes, Empresa Luz da Lua e indígenas da CVJ. 2006.

CONSTITUIÇÕES DA BOLÍVIA E DO EQUADOR. *O Bem Viver e a Constituição Indígena da Bolívia (capítulo segundo) e do Equador (preâmbulo e artigos que citam o Sumak Kawsay)*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Goiânia: Agenda Latino-Americana 2012, p. 26-27.

Documento do Forum Permanente da ONU para Questões Indígenas. *Povos Indígenas muito longe do Sumak Kawsay*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Agenda Latino-Americana. 2012, p. 22–23.

SOARES, Geralda Chaves. *Arquivo pessoal sobre a Aldeia Cinta Vermelha Jundiba. Araçuaí, MG, 2005 a 2012*.

TÁSSIO, Paulo de. *Arquivo pessoal sobre os Pataxó. UFBA, 1951*.

### Bibliografia:

BARROS, Marcelo. *Elementos de Espiritualidade na Revolução Bolivariana - A luz ilumina a aurora*. Recife. Comissão Diocesana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 142-143.

BOFF, Leonardo. *Qual é a grande causa porque viver e lutar*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz: Goiânia: Agenda Latino-Americana 2012, p. 120-122.

BREMER, Margot. *Mulher e Sumak Kawsay*. Paraguai. Comissão Dominicana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 104-105.

BUSQUETA, Josep Manel. BELLPUIG, Lieida. *Transformar o capitalismo: Uma necessidade imprescindível para o Bem Viver*. Catalunha, Espanha, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p.133-154.

DÁVALOS, Pablo. *Os dispositivos de poder na América Latina não são apenas econômicos, mas também raciais*. Revista POLLI, Fundação Oswaldo Cruz, RJ, 2010.

DÁVALOS, Pablo. *Sumak Kawsay e o pós-neoliberalismo - O problema não é o neo-liberalismo, mas o capitalismo*. Comissão Diocesana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 168-169.



GALEANO, Eduardo. *A Natureza não é muda*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 40-41.

GAZYBOWSKI, Cândido. *O futuro que queremos passa pelo Bem Viver*. IBASE, 2012.

GONÇALVES, Alfredo. *Grandes causas hoje: Bem Viver, Bem Conviver*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Agenda Latino-Americana 2012, p. 36-37.

GREGÓRIO, Iriarte. *Bem Viver, o grande paradigma indígena*. Cochabamba: Bolívia. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Goiânia: Agenda Latino-Americana 2012, p. 41.

HOUTART, François. *O Conceito de Sumak Kawsay e sua correspondência com o BEM ESTAR da Humanidade*. Disponível no site: [www.justiciapazcolombia.com/Buen Vivir](http://www.justiciapazcolombia.com/Buen Vivir).

HUANACUNI, Fernando. *O BEM VIVER, Tradição Indígena*. Foro Público “El buen vivir de los Pueblos Indígenas Andinos”. Goiânia, Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Agenda Latino-Americana 2012, p. 24-25.

LANER, Edgard. *Rumo a outra noção de riqueza - Há elementos conceituais tradicionais que já não servem*. Caracas. Venezuela. Comissão Diocesana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 224.

LIBÂNIO, João Batista. *Utopia nos nossos dias*. Belo Horizonte. FAJE. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Goiânia: Agenda Latino-Americana 2012, p. 38.

LINERA, Álvaro Garcia (vice-presidente do Estado Plurinacional da Bolívia). *Pronunciamento sobre o Bem Viver*. Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Goiânia: Agenda Latino-Americana 2012, p. 28-29.

MARQUES, Gabriel García. *Cem Anos de Solidão*. São Paulo: Editora Record, 48ª Ed., 2011.

MATTOS, Isabel Missagia de. *Civilização e Revolta: Os Botocudos e a Catequese na Província de Minas Gerais*. Bauru: EDUSC-ANPOCS, 2003.

MELIÁ, Bartolomeu. *O Bem Viver Guarani: Teko Porã*. Assunção, Paraguai. Comissão Dominicana de Justiça e Paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana 2012, p. 116-117.

MORENO, César. *A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha - “A Guerra Justa” Contra os Índios*. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 1996.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. “Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, v.35, p.75-90.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos do ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1982.

PARAISO, Maria Hilda Barqueiro. *O Tempo da Dor e do Trabalho (Tese de Doutorado) USP, 1998*.

PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro. O tempo da dor e do trabalho. Tese de doutorado-USP, 1988.

POEL, Frei Francisco van der. *Bibliografia do Vale do Jequitinhonha e outras coisas de lá. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.*

REGIMENTO INTERNO DA ALDEIA E ESTATUTO DA AIPPA. Arquivo da Aldeia CVJ, 2005.

RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da terra do Mucuri e Jequitinhonha.* Cedefes, Contagem, 1995.

SOARES, Geralda Chaves. *Na Trilha Guerreira dos Borun.* Editora Universitária Izabela Hendrix. Belo Horizonte, 2010.

SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu - Os Índios do Rio Doce.* Cedefes. Contagem, 1992.

SOUZA, João Valdir Alves e HENRIQUE, Marcio Simeon. *Vale do Jequitinhonha- Formação Histórica, Populações e Movimentos. PROEX-UFMG, 2010.*

SUESS, Paulo. *Sumak Kawsay: Horizonte, Plataforma e Aliança.* Comissão Dominicana de Justiça e Paz. Goiânia: Agenda Latino-Americana, 2012, p. 42-43.

SUESS, Paulo. *Virá que eu vi. Contornos de um Projeto em construção.* Comissão Dominicana de Justiça e paz: Goiânia. Agenda Latino-Americana, 2012, p. 44-45.

ZAFFARONI, Raúl *La Pachamama y el humano.* Editora Mães de Maio, 2011.